

LUIZ GUILHERME **MARINONI**

TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS

6ª edição

Revista e atualizada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação de capa: WK Editoração

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Técnica processual e tutela dos direitos / Luiz Guilherme Marinoni. –
6. ed. rev. e atual. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-820-2

1. Direitos civis 2. Medidas cautelares 3. Processo civil 4. Tutela
jurisdicional I. Título.

19-29230

CDU-347.919.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos: Tutela jurisdicional: Técnica processual:
Direito processual civil 347.919.6
2. Tutela jurisdicional: Direitos: Técnica processual:
Direito processual civil 347.919.6

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

RESENHA DO PROFESSOR EDOARDO RICCI, PUBLICADA NA RIVISTA DI DIRITTO PROCESSUALE.....	5
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

DO PROCESSO CIVIL CLÁSSICO À NOÇÃO DE DIREITO À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA

1. A PREOCUPAÇÃO DO ESTADO LIBERAL-CLÁSSICO COM A LIBERDADE DOS CIDADÃOS	33
1.1 O papel do juiz.....	33
1.2 A tarefa meramente declaratória do juiz e a classificação trinária das sentenças.....	34
1.3 O valor da não interferência do Estado diante dos particulares sobre a impossibilidade de o juiz impor a multa	36
1.4 O princípio da tipicidade dos meios executivos como garantia de liber- dade.....	37
1.5 A proibição das tutelas fundadas em probabilidade e a “neutralidade” do juiz	39
1.6 A ampla defesa e o contraditório como armas contra a possibilidade de arbitrio judicial	40
1.7 A regra da <i>nulla executio sine titulo</i> como justificativa técnico-jurídica da impossibilidade de o juiz julgar com base em probabilidade	41
2. O MITO DA UNIFORMIDADE PROCEDIMENTAL.....	44
2.1 A influência da escola sistemática.....	44
2.2 A confusão entre autonomia do direito processual civil e neutralidade do processo em relação ao direito material.....	47

2.3	A indiferença pela desigualdade das posições sociais e dos bens	48
2.4	A repercussão dos valores da economia liberal sobre a suficiência da tutela pelo equivalente.....	49
2.5	A sentença condenatória como mecanismo “igualizador” das diferentes necessidades do direito material	53
3.	A UNIFICAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DA ILICITUDE E DA RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA PROJEÇÃO SOBRE O PROCESSO CIVIL	55
3.1	Explicação inicial.....	55
3.2	A função do processo de conhecimento clássico. Sua insensibilidade para a necessidade de prevenção do direito.....	58
3.3	A dita função preventiva da ação declaratória, o liberalismo clássico e a escola sistemática.....	60
3.4	A inidoneidade do processo civil para a prestação da tutela ressarcitória na forma específica	62
3.5	A inadequação da ação cautelar para a prestação das tutelas inibitória e de remoção do ilícito	64
4.	A REBELIÃO DA PRÁTICA CONTRA O PROCESSO CIVIL	66
4.1	A ideologia no processo civil	66
4.2	A expansão da ação cautelar inominada	72
4.3	A inadequação da sentença condenatória e a conformação de sentenças diferenciadas a partir das necessidades do direito material	75
5	AVANÇOS A PARTIR DA CRISE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.....	79
5.1	Compreensão e função das classificações	79
5.2	O surgimento da sentença mandamental.....	82
5.3	A eliminação da necessidade de instauração do processo de execução para a realização forçada do direito	83
5.4	Primeira delimitação das sentenças mandamental e executiva em face da sentença condenatória.....	86
5.5	Sentenças e meios executivos	88
5.6	A resistência em admitir a ligação da multa com a sentença mandamental...	88
5.7	Medidas de coerção indireta, de coerção direta e de sub-rogação	92

5.8	A sentença que impõe o pagamento de soma e a dispensa da ação de execução	94
6.	O TEMA DA TUTELA DOS DIREITOS.....	98
6.1	Tutela dos direitos e técnica processual	98
6.2	Sentenças autossuficientes e não autossuficientes.....	101
6.3	A necessidade de adequação das sentenças mandamental e executiva ao direito material e de repensar as técnicas processuais para uma maior efetividade da tutela pecuniária	102
6.4	Tutela específica e tutela pelo equivalente monetário.....	103
6.5	Os direitos de participação e proteção e a efetivação dos direitos fundamentais.....	105
6.6	A distinção entre ato contrário ao direito e dano	108
6.7	O processo de conhecimento diante da percepção da importância da tutela civil contra o ato contrário ao direito	110
6.8	Os novos direitos e a necessidade de tutela ressarcitória na forma específica.....	111
6.9	Direito à sentença condenatória ou direito à tutela ressarcitória ou do crédito pecuniário? A dispensa da ação de execução como corolário do conceito contemporâneo de ação.....	112
7.	O DIREITO À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	114
7.1	Noção de direitos fundamentais	114
7.2	As perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais.....	116
7.3	Os direitos fundamentais e suas eficácias horizontal e vertical	117
7.4	A chamada multifuncionalidade dos direitos fundamentais.....	121
7.5	Os direitos fundamentais à efetividade da tutela jurisdicional e à duração razoável do processo.....	124
7.6	O enquadramento do direito à efetividade da tutela jurisdicional na classificação funcional dos direitos fundamentais	128
7.7	A relação entre o direito à tutela jurisdicional efetiva, o direito material e a realidade social	131
7.8	Consequências da ideia de direito ao procedimento idôneo ao direito material e à realidade social.....	133

7.8.1	Técnica processual e procedimento adequado	133
7.8.2	Direito à técnica antecipatória	139
7.8.3	Direito ao provimento adequado	144
7.8.4	Direito ao meio executivo adequado	144
7.9	Significado da aplicabilidade imediata do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.....	150
7.10	O dever de o juiz conformar o procedimento.....	151
7.10.1	O dever de o juiz conformar o procedimento adequado ao caso concreto como decorrência do direito de proteção e do direito à tutela jurisdicional efetiva.....	151
7.10.2	Normas como princípios e regras	154
7.10.3	Diferença entre interpretação conforme a Constituição, declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação de acordo com a Constituição	156
7.10.4	As regras que conferem ao juiz o poder de conceder tutela antecipatória no processo de conhecimento e de determinar a chamada medida executiva “necessária” (arts. 536 do CPC e 84 do CDC), ao mesmo tempo que apontam para a ideia de que a tipificação legal não é a melhor solução para a prestação jurisdicional, deixam claro o seu dever de concretizar o direito fundamental à tutela jurisdicional diante do caso concreto	159
7.10.5	A realização do direito à efetividade da tutela jurisdicional depende da consideração do direito material em litígio e das “tutelas dos direitos”	160
7.11	Eficácias vertical, horizontal e vertical com repercussão lateral dos direitos fundamentais	163
7.12	O problema da eficácia vertical do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e da sua eficácia lateral sobre as partes.....	166

PARTE II

NECESSIDADES DO DIREITO MATERIAL, TUTELA DOS DIREITOS E TÉCNICA PROCESSUAL

1.	TUTELA INIBITÓRIA E TUTELA DE REMOÇÃO DO ILÍCITO	171
1.1	Tutela inibitória.....	172
1.1.1	Introdução	172

1.1.2	Fundamentos da tutela inibitória	174
1.1.3	Pressupostos da tutela inibitória.....	175
1.1.4	Modalidades.....	176
1.1.5	Ação ilícita continuada.....	178
1.1.6	Tutela inibitória mediante imposição de não fazer e de fazer....	179
1.2	Tutela de remoção do ilícito.....	185
1.2.1	Introdução	185
1.2.2	Fundamentos da tutela de remoção do ilícito	185
1.2.3	Ilícito de eficácia continuada.....	186
1.2.4	A ação de remoção é voltada ao ilícito passado e ao dano futuro...	186
1.2.5	Tutela de remoção do ilícito e tutela ressarcitória na forma específica.....	187
1.3	Aspectos comuns às tutelas inibitória e de remoção do ilícito	188
1.3.1	A impossibilidade da cognição do dano como pressuposto de efetividade das ações inibitória e de remoção do ilícito	188
1.3.2	As ações inibitória e de remoção do ilícito diante (i) da inexistência de regra de proibição, (ii) da observância das normas técnicas e (iii) do licenciamento da Administração Pública.....	191
1.3.3	A prova	192
1.3.4	A tutela antecipatória.....	194
1.3.5	A ação individual e a ação coletiva (arts. 536 do CPC e 84 do CDC)	196
1.3.6	O direito à tutela jurisdicional efetiva e o poder do juiz	197
1.3.7	As sentenças (técnicas) mandamental e executiva	198
1.3.8	A prisão como meio de coerção indireta	200
1.3.9	A quebra da regra da adstrição do juiz ao pedido	202
1.3.10	A possibilidade de o juiz, na fase de execução, alterar de ofício a medida executiva	202
1.3.11	Critérios para o controle do poder executivo do juiz.....	203
1.3.12	Distinção entre as ações de remoção do ilícito e inibitória em face da ação cautelar	205

1.3.13	Cumulação das ações inibitória, de remoção do ilícito e ressarcitória.....	207
1.4	Ações inibitória e de remoção do ilícito diante do direito do consumidor...	208
1.4.1	A periculosidade e a nocividade do produto ou do serviço.....	208
1.4.2	A falta de segurança como fundamento da tutela jurisdicional do consumidor.....	209
1.4.3	As noções de produto e serviço “defeituosos”.....	210
1.4.3.1	A “apresentação do produto”, “o uso e os riscos que dele razoavelmente se esperam” e “a época em que foi colocado em circulação”.....	210
1.4.3.2	“O modo de fornecimento do serviço”, “o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam” e “a época de seu fornecimento”.....	215
1.4.3.3	Demais circunstâncias que devem ser consideradas...	216
1.4.4	O produto e os defeitos de concepção, de fabricação e de informação.....	221
1.4.5	Um último aprofundamento na questão do “desenvolvimento da tecnologia”.....	223
1.4.6	Controle administrativo ou tutela preventiva por meio da Administração Pública.....	223
1.4.7	A jurisdição e a efetivação das normas de proteção do consumidor.....	225
1.4.8	A questão da atuação do juiz na implementação das normas de proteção.....	226
1.4.9	A possibilidade de ações inibitória e de remoção ainda que as normas técnicas de produção tenham sido observadas.....	227
1.4.10	A concordância da Administração com a fabricação e a comercialização do produto e a necessidade de proteção a partir do direito fundamental do consumidor.....	227
1.5	O direito ambiental e as ações inibitória e de remoção do ilícito.....	228
1.5.1	O direito ao meio ambiente sadio como direito fundamental...	228
1.5.2	O art. 225 da CF enquanto norma estruturante do direito fundamental ao meio ambiente.....	229

1.5.3	A atuação das normas de proteção que objetivam um fazer do particular	231
1.5.4	Normas de proteção que exigem controle ou fiscalização da Administração.....	233
1.5.5	Prestações decorrentes do dever de o Estado gerenciar o meio ambiente	233
1.5.6	A questão do risco ambiental	235
1.5.7	Regras definidoras de ilícitos ambientais.....	237
1.5.8	A importância da distinção entre regras e princípios para a efetividade da tutela do meio ambiente	240
1.5.9	Sobre a exigibilidade do estudo de impacto ambiental	241
1.5.10	Concessão do licenciamento em contrariedade ao estudo de impacto ambiental	245
1.5.11	Possibilidade da impugnação da concessão do licenciamento que está de acordo com o estudo de impacto ambiental	246
1.5.12	O problema da incerteza científica quanto ao risco ambiental. Novamente a questão do risco do desenvolvimento	248
1.5.13	A importância do princípio da precaução diante do risco do desenvolvimento.....	248
1.5.14	O caso exemplar dos transgênicos.....	250
1.5.15	A responsabilidade pelo dano como mecanismo de gerenciamento dos riscos e dos benefícios diante do direito ambiental...	251
1.5.16	Análise das ações inibitória e de remoção do ilícito à luz das situações antes expostas	255

2.	A TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE FAZER E DE NÃO FAZER	260
2.1	Introdução	260
2.2	A prevalência da tutela específica da obrigação contratual sobre a tutela pelo equivalente monetário	261
2.3	A tutela específica e o retardamento no cumprimento da obrigação.....	263
2.4	Pressupostos da tutela específica da obrigação inadimplida.....	266
2.5	Tutela específica e tutela contra o dano provocado pelo inadimplemento ...	266
2.6	A importância das técnicas mandamental e executiva.....	268

2.7	A multa coercitiva.....	268
2.8	A tutela inibitória diante da obrigação de natureza periódica	271
2.9	Tutela inibitória do inadimplemento mediante execução direta.....	272
2.10	Pressupostos da tutela inibitória do inadimplemento	273
2.11	A tutela antecipatória.....	273
2.12	O inadimplemento e a tutela específica do consumidor.....	274
2.12.1	O CDC e a natureza da responsabilidade pelos vícios do produto e do serviço. O cumprimento imperfeito.....	274
2.12.2	As alternativas do consumidor diante dos vícios de qualidade do produto.....	277
2.12.3	As alternativas do consumidor diante dos vícios de quantidade do produto.....	279
2.12.4	As alternativas do consumidor diante dos vícios de qualidade e quantidade do serviço.....	280
2.12.5	A ação coletiva dos consumidores nos casos de vícios do produto e do serviço.....	281
2.12.6	Os meios executivos do art. 84 do CDC na implementação da tutela específica do consumidor	282
2.12.7	O uso das técnicas do art. 538 em benefício do consumidor	283
2.12.8	O direito à imposição do fazer diante do cumprimento imperfeito da obrigação de entrega de coisa	284
3.	TUTELA RESSARCITÓRIA NA FORMA ESPECÍFICA	285
3.1	Introdução	285
3.2	Ressarcimento pelo equivalente.....	286
3.3	O ressarcimento na forma específica no direito brasileiro.....	288
3.4	As razões da prioridade do ressarcimento na forma específica sobre o ressarcimento pelo equivalente.....	289
3.5	O escopo do ressarcimento na forma específica	291
3.6	O ressarcimento na forma específica diante dos danos patrimonial e não patrimonial	292
3.7	O ressarcimento na forma específica diante do dano concreto e do dano insuscetível de determinação em concreto	293

3.8	A necessidade de ir a Juízo para obter ressarcimento na forma específica ...	294
3.9	A condenação ao pagamento de dinheiro equivalente ao valor do dano presta tutela ressarcitória na forma específica?	295
3.10	Tutela ressarcitória na forma específica cumulada com tutela ressarcitória pelo equivalente	296
3.11	O princípio da excessiva onerosidade	298
3.12	A denominada <i>compensatio lucrí cum damno</i>	300
3.13	Momento da excessiva onerosidade	301
3.14	A execução da tutela ressarcitória na forma específica	302
3.14.1	As razões que determinaram o esquecimento do ressarcimento na forma específica na prática forense	302
3.14.2	A obrigação de reparar o dano é obrigação de fazer (ou de entregar coisa em substituição à destruída), e não obrigação de pagar dinheiro	303
3.14.3	Os arts. 536 e 538 do CPC e 84 do CDC e a tutela ressarcitória na forma específica	304
3.14.4	O uso da multa para compelir o infrator a reparar mediante fazer infungível ou fungível (ressarcimento na forma específica)	304
3.14.5	A incapacidade técnica do infrator para proceder à reparação... ..	305
3.14.6	O uso da multa para obrigar o infrator a custear a reparação do dano	306
3.14.7	O direito fundamental à efetiva tutela jurisdicional como base para o uso da multa	307
3.14.8	A limitação ao uso da multa	309
3.14.9	A execução diante da necessidade da participação de terceiro... ..	309
3.15	O direito do consumidor ao ressarcimento na forma específica	310
3.16	A importância do ressarcimento na forma específica em face do direito ambiental	313
3.17	A tutela ressarcitória na forma específica dos direitos transindividuais (art. 84 do CDC)	315
3.18	A tutela ressarcitória na forma específica dos direitos individuais homogêneos	316
3.19	A tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa... ..	318

3.20	Tutela antecipada (fundada em perigo)	320
3.21	Tutela ressarcitória na forma específica mediante o “julgamento antecipado parcial do mérito” e continuação do processo para a elucidação da matéria relativa à tutela ressarcitória pelo equivalente	320
4.	TUTELA ESPECÍFICA E DIREITO À COISA	322
4.1	Introdução	322
4.2	Entrega de coisa e ressarcimento na forma específica.....	324
4.3	Obrigação de entrega de coisa e obrigação de fazer.....	324
4.4	Obrigação de entrega de coisa e obrigação de transferir a propriedade... ..	325
4.5	Obrigação de entregar e obrigação de restituir	327
4.6	Prestação obrigacional, imissão na posse e recuperação da coisa.....	327
4.7	A ação de condenação, a ação executiva <i>lato sensu</i> e o art. 538 do CPC... ..	329
4.7.1	Concepção primitiva da ação para entrega de coisa	329
4.7.2	A tese de que as ações executivas <i>lato sensu</i> , por constituírem exceções à separação entre conhecimento e execução, deveriam estar previstas em lei	331
4.7.3	A tese de que o direito real dá ensejo à ação executiva	332
4.7.4	Ação real	332
4.7.5	A supressão da ação de execução diante do art. 538 do CPC....	333
4.8	A ação do art. 538	334
4.8.1	Primeiras considerações	334
4.8.2	Entrega de coisa incerta.....	339
4.8.2.1	Coisa certa e coisa incerta	339
4.8.2.2	Coisa determinada pela quantidade e pelo gênero....	339
4.8.2.3	Coisa determinada pela qualidade	339
4.8.2.4	Coisa incerta e coisa fungível.....	340
4.8.2.5	Coisa incerta e obrigação alternativa.....	340
4.8.2.6	Momento da individualização da coisa pelo credor ...	340
4.8.2.7	Momento da individualização da coisa pelo devedor... ..	341
4.8.2.8	Impossibilidade de o devedor entregar a coisa pior ou de o credor exigir a melhor	341

4.8.2.9	Inércia do devedor e escolha pelo credor	341
4.8.2.10	A impugnação da escolha da coisa	341
4.8.2.11	Perda ou deterioração da coisa	342
4.8.2.12	Qualidade limitada e extinção da espécie	342
4.8.3	A tutela antecipatória.....	343
4.8.3.1	A tutela antecipatória fundada em perigo	343
4.8.3.2	A tutela antecipatória e a ação de reintegração de posse posterior a um ano e dia.....	345
4.8.3.3	A execução da tutela antecipatória.....	346
4.8.3.4	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	347
4.8.3.5	A alegação de retenção por benfeitorias e a caução....	348
4.8.4	A sentença.....	348
4.8.4.1	Sentença dotada de executividade intrínseca	348
4.8.4.2	O uso dos meios da busca e apreensão, da imissão na posse e da multa.....	349
4.8.4.3	A efetividade do emprego da multa.....	349
4.8.4.4	A Súmula 500 do Supremo Tribunal Federal	350
4.8.4.5	A multa é subsidiária à busca e apreensão?.....	350
4.8.4.6	A multa nos Juizados Especiais	351
4.8.4.7	A multa deve ser imposta em valor suficiente para convencer o obrigado a entregar a coisa	351
4.8.4.8	O dever do juiz de aumentar ou diminuir o valor da multa	352
4.8.4.9	O emprego de outras “medidas necessárias”	353
4.8.5	A prioridade da tutela específica	354
4.8.5.1	A tutela específica e a multa	354
4.8.5.2	Direito de receber a própria coisa	354
4.8.5.3	Impossibilidade de o devedor prestar, sem o consentimento do credor, o valor equivalente ao da coisa	355
4.8.5.4	Impossibilidade de o credor exigir coisa diversa, ainda que menos valiosa	356

4.8.5.5	Impossibilidade de o credor exigir o valor equivalente ao da coisa	357
4.8.6	Alienação da coisa litigiosa	359
4.8.6.1	Os arts. 792, I, e 808 do CPC	359
4.8.6.2	Ausência da tradição ou do registro imobiliário	359
4.8.6.3	Conceito de terceiro adquirente	359
4.8.6.4	A partir de que momento há litigiosidade?	359
4.8.6.5	A ação fundada no art. 538 e o direito à busca e apreensão e à imissão na posse da coisa em poder de terceiro adquirente	360
4.8.6.6	A opção entre se voltar contra o terceiro adquirente e exigir o valor da coisa acrescido de perdas e danos ...	360
4.8.6.7	A fixação do valor da coisa	361
4.8.6.8	A situação do terceiro adquirente diante da ação do art. 538	362
4.8.7	Perda ou deterioração da coisa	362
4.8.7.1	Observações preliminares	362
4.8.7.2	Perda ou deterioração no caso de obrigação de entregar a coisa	363
4.8.7.3	Perda ou deterioração no caso de obrigação de restituir ...	363
4.8.7.4	O princípio <i>res perit domino</i> (a coisa perece com o dono)	363
4.8.7.5	A importância da culpa para a caracterização da responsabilidade	364
4.8.7.6	Perda ou deterioração na posse de boa-fé e na posse de má-fé	364
4.8.8	Frutos	365
4.8.8.1	Conceito de frutos	365
4.8.8.2	Possuidor de boa-fé e direito aos frutos percebidos ...	365
4.8.8.3	Frutos pendentes e frutos colhidos com antecipação ...	365
4.8.8.4	Frutos não percebidos pelo possuidor de má-fé	366
4.8.8.5	Perda ou deterioração	367

4.8.8.6	Frutos, obrigação de entregar e obrigação de restituir...	367
4.8.9	Benfeitorias e acessões. Melhoramentos e acréscimos.....	367
4.8.9.1	Espécies de benfeitorias	367
4.8.9.2	As várias espécies de benfeitorias e suas consequências, conforme a posse seja de boa-fé ou de má-fé	367
4.8.9.3	Benfeitorias e acessões.....	368
4.8.9.4	Benfeitorias e pertenças.....	369
4.8.9.5	Melhoramentos e acréscimos na obrigação de entregar ...	369
4.8.9.6	Melhoramentos e acréscimos na obrigação de restituir...	369
4.8.10	Tutela específica cumulada com tutela ressarcitória em pecúnia. Direito de retenção, compensação e local de apuração	370
4.8.10.1	Perda ou deterioração constatadas apenas quando da execução	370
4.8.10.2	Perda ou deterioração da coisa. Ação do art. 538: tutela específica cumulada com tutela ressarcitória ...	370
4.8.10.3	Frutos. Ação do art. 538: tutela específica cumulada com tutela ressarcitória	370
4.8.10.4	Benfeitorias, acessões industriais, melhoramentos e acréscimos. Ação do art. 538: tutela específica e direito de retenção	371
4.8.10.5	Compensação entre as benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos e os danos e frutos devidos ...	373
4.9	Ações que podem se fundar no art. 538 do CPC.....	374
4.9.1	Ação para o cumprimento de obrigação de entregar coisa	374
4.9.1.1	Tradição e registro	374
4.9.1.2	Ação para o cumprimento da prestação obrigacional de entrega de coisa	374
4.9.1.3	A distinção entre a ação para o cumprimento da obrigação de entrega de coisa e a ação de imissão na posse de coisa móvel.....	375
4.9.2	Cumprimento imperfeito da obrigação de entrega de coisa	376
4.9.2.1	Vício de direito e vício físico da coisa (inconformidade jurídica e inconformidade material).....	376

4.9.2.2	A entrega de coisa defeituosa e a tutela específica do credor	377
4.9.2.3	Inconformidade jurídica e tutela específica para obrigar o vendedor a sanar os vícios de direito que incidem sobre a coisa	380
4.9.3	Ação de imissão de posse.....	381
4.9.3.1	Ação de imissão de posse e ação de reintegração de posse.....	381
4.9.3.2	Legitimidade do titular do direito à posse e não apenas do adquirente	381
4.9.3.3	Legitimados passivos na ação de imissão de posse. Não cabimento da imissão contra o terceiro possuidor ou contra o alienante para o qual o adquirente perdeu a posse	382
4.9.3.4	Amplitude da cognição do juiz	383
4.9.3.4.1	Considerações prévias	383
4.9.3.4.2	Demanda documental.....	383
4.9.3.4.3	Possibilidade de o réu impugnar somente o documento que confere o direito à posse. Impossibilidade de discussão sobre o domínio.....	384
4.9.4	Ação reivindicatória.....	385
4.9.4.1	Ação de recuperação da coisa.....	385
4.9.4.2	Amplitude da cognição do juiz	385
4.9.4.3	Distinção entre ação reivindicatória e ação de imissão na posse.....	386
4.9.5	Ação de reintegração de posse	387
4.9.5.1	Ação fundada na posse	387
4.9.5.2	Ação de reintegração de posse, ação de manutenção de posse e interdito proibitório	387
4.9.5.3	Amplitude da cognição do juiz na reintegração de posse.....	389
4.9.5.4	Limites da cognição do juiz e procedimento aplicável...	389

4.9.5.5	Posse de mais de ano e dia e ação de reintegração de posse fundada no art. 538	390
4.9.5.6	Possuidor ausente e contagem do prazo de ano e dia...	392
4.9.5.7	Atos preparatórios e consumação do esbulho	392
4.9.5.8	Cumulação da reintegração de posse com perdas e danos, inibição de novo esbulho ou turbação e desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento da posse.....	392
4.9.5.9	Duplicidade da ação de reintegração de posse	394
4.9.5.10	Ação do detentor	395
4.9.5.11	Composse	395
4.9.6	Ação de restituição e comodato	396
4.9.6.1	A extinção do comodato.....	396
4.9.6.2	A admissão do uso da ação de reintegração de posse para a retomada da coisa objeto do comodato	398
4.9.6.3	As razões dessa admissão	398
4.9.6.4	A inadequação da reintegração de posse para o comodante retomar a coisa emprestada	399
4.9.6.5	O objetivo que se esconde atrás do uso da ação de reintegração de posse contra o comodatário	400
4.9.6.6	A ação de restituição fundada no art. 538.....	401
4.9.7	Ação de restituição e <i>leasing</i>	402
4.9.7.1	O uso distorcido da ação de reintegração de posse	402
4.9.7.2	A tese de que a existência de cláusula resolutiva expressa dá ensejo para a reintegração de posse, independentemente da inexistência de notificação....	403
4.9.7.3	A tese que exige a notificação.....	403
4.9.7.4	As razões escondidas atrás da discussão a respeito da necessidade de notificação	404
4.9.7.5	O STJ entende que o arrendatário, na ação de reintegração de posse relativa a contrato de <i>leasing</i> , pode discutir a legalidade e a abusividade das cláusulas contratuais.....	406

4.9.7.6	Se a cognição da ação em que é pedida a restituição da coisa objeto do comodato abarca a discussão do contrato, a ação não é de reintegração de posse, mas simplesmente ação de restituição fundada no art. 538.....	406
4.9.7.7	O uso da multa para compelir o devedor a entregar a coisa objeto do <i>leasing</i>	408
4.9.8	Outras situações que podem se beneficiar das técnicas do art. 538...	409
5.	A EFETIVIDADE DA TUTELA PECUNIÁRIA.....	412
5.1	Tutela pecuniária: tutela específica e tutela pelo equivalente	412
5.2	Tutela pecuniária e técnica processual.....	413
5.3	Tutela específica de pagar dinheiro, tutela pelo equivalente em pecúnia, tutela de alimentos e tutela pecuniária antecipada.....	414
5.4	Necessidade de análise crítica (à luz da Constituição Federal) da técnica processual executiva.....	416
5.5	A multa e a tutela pecuniária.....	417
5.5.1	A multa do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil	417
5.5.2	A importância da multa coercitiva para obrigar o demandado a pagar, especialmente para indicar bens à penhora na ordem do art. 835 do Código de Processo Civil	418
5.5.3	A multa coercitiva diante do poder executivo do art. 139, IV, do CPC	424
5.5.4	A multa coercitiva e a efetividade da tutela antecipada de soma em dinheiro	426
5.5.5	A multa coercitiva e a efetividade do ressarcimento na forma específica.....	429
5.5.6	O devedor que se diz inadimplente e os evidentes sinais de sua riqueza.....	433
5.6	Técnica executiva para impedir o inadimplemento e para garantir o adimplemento do pagamento de dinheiro	434
5.6.1	Condenação para o futuro e inibição do inadimplemento da obrigação de pagar soma em dinheiro	434
5.6.2	O desconto em folha.....	436
5.6.3	O uso da multa, no caso de crédito não vencido, para evitar o inadimplemento da obrigação de pagar.....	437

5.6.4	O uso da multa para compelir o Poder Público a implantar reajuste de salário em folha de pagamento.....	438
5.6.5	A imposição da multa contra a autoridade pública (capaz de dar atendimento à decisão jurisdicional)	439
5.7	A tutela pecuniária contra a Fazenda Pública.....	440
5.7.1	A tutela pecuniária das obrigações de pequeno valor.....	440
5.7.2	Tutela pecuniária via precatório	441
5.7.2.1	O sequestro no caso de preterição no pagamento	441
5.7.2.2	A omissão do Poder Público em incluir a verba devinda no orçamento.....	443
BIBLIOGRAFIA		445
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....		471